



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete, à exceção do da PGR
Secretário-Geral da PGR
Diretores Regionais e equiparados
Inspetores Regionais

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

Data

Circular/DROAP/2019/27

2019-10-10

Prcc 106-26/03

ASSUNTO: FALTAS POR FALECIMENTO DE FAMILIAR

Considerando que, por força do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 134º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20-06, na redação atual, são consideradas faltas justificadas as motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins;

Considerando as dúvidas suscitadas por vários serviços e organismos da administração regional sobre a questão de saber a partir de quando deve iniciar-se a contagem do período de faltas por falecimento familiar;

Sendo certo que a posição que tem vindo a ser assumida por esta Direção Regional sobre a matéria, no sentido de que a contagem do período de faltas motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins deve ter início no dia do próprio falecimento, na medida em que o falecimento é precisamente o facto determinante para efeitos da atribuição do direito a faltar nestes termos, tem enquadramento na letra da lei, mas que subsiste o intuito de uniformizar procedimentos na interpretação e aplicação da lei no sentido em que se revelem mais favoráveis aos trabalhadores;

Considerando o entendimento perfilhado sobre a matéria, a nível da administração central, obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço o seguinte:

Na resposta mencione, sempre, o nosso nº Circular/DROAP/2019/27



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

A contagem das faltas por falecimento de familiar, dadas por trabalhadores da administração pública regional abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20-06, na redação atual, poderá iniciar-se no dia do óbito, do conhecimento deste, ou ainda no da cerimónia fúnebre, cabendo a escolha ao trabalhador.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos